



PREZADO DIRETOR,

O epigrafado vem mui respeitosamente requerer a Vossa Senhoria, através do Setor de Serviço Social, autorização para:

() VISITA SOCIAL e/ou () VISITA INTIMA PRONTUÁRIO: _____

ao PRESO: _____

FILIAÇÃO: _____

VISITANTE: _____

PARENTESCO: _____

DATA DE NASCIMENTO: ____/____/____ INSTRUÇÃO: _____

ESTADO CIVIL: _____ N/ PROFISSÃO: _____

IDENTIDADE nº: _____ UF: _____ CPF nº: ____/____/____ - _____

ENDEREÇO: _____ Nº: _____

BAIRRO: _____

CIDADE: _____ UF: _____ CEP: _____

TEL: () _____ CEL: () _____ REC: () _____

OBS.: _____

VISITAS MENORES DE 18 ANOS:

AFINIDADE	NOME	Data NASC.	Data INCL.

NÚMERO DA CREDENCIAL-SPR _____ VALIDADE DA CREDENCIAL DE VISITAS
 _____/____/____

PARENTESCOI: _____

Pront.: _____ Afinidade: _____ COD.SPR: _____ D.Incl.: _____

Recebido por (nome): em/...../2017

Declaro serem verdadeiras todas as informações prestadas e assumo total e inteira responsabilidade pelas mesmas nos termos da legislação em vigor.

ESPERA DEFERIMENTO,

.....
ASSINATURA DO(A) VISITANTE



PARECER DOS SETORES:

SOCIAL, em/...../.....

.....
.....
.....

Assinatura do(a) Assistente Social

(quando se tratar de visitante-amigo)

DISED, em/...../.....

.....
.....
.....

Assinatura do Chefe de Segurança

DIREÇÃO, em/...../.....

Vistos e examinados, concluímos pelo parecer:

.....
.....
.....

Diretor da Unidade

AUTORIZAÇÃO DA DIREÇÃO:

() Deferido **Visita Normal** / () Deferido - **Visita em Parlatório** / () Indeferido

Cascavel, ____ de _____ 2017.

Diretor da Unidade Penal



MODELO DECLARAÇÃO DE ENDEREÇO

Eu, _____, portador (a) do RG nº _____ / _____, inscrito(a) no CPF _____, DECLARO para os devidos fins de comprovação de residência, especificamente para a Casa de Custódia de Maringá - Departamento de Execução Penal do Estado do Paraná, que a (o) Senhora (o) _____ portador (a) do RG nº _____ / _____, inscrito(a) no CPF _____, reside no endereço _____ nº _____, BAIRRO _____, CEP _____, na cidade de _____, Estado _____, conforme cópia de comprovante anexo.

Observando as responsabilidades legais do disposto no Art. 299 do CPC e Art. 2º § 7º da Portaria 499/2014 DE 14/11/2014 – DEPEN.

“Art. 299 – Omitir, em documento público ou particular, declaração que nele deveria constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre o fato juridicamente relevante. Pena: reclusão de 1 (um) a 5 (cinco) anos e multa, se o documento é público e reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos, se o documento é particular.”

_____, _____ de _____ de 20____.

Nome completo do declarante com firma reconhecida



DECLARAÇÃO DE CONVIVÊNCIA MARITAL

Eu, _____ filha de _____ e de _____

RG. Nº. _____ / _____, CPF Nº. _____ abaixo assinada, residente e domiciliada à Rua/Av. _____, bairro _____

na cidade de _____ Estado _____, DECLARO para os devidos fins

de direito e especificamente para a Casa de Custódia de Maringá - Departamento de Execução Penal do

Estado do Paraná que convivo com

_____ filho de

_____ e de _____ desde a data de

____/____/____ até a data de sua prisão, ora em cumprimento de pena na Casa de Custódia

de Maringá, como se casado fosse, de acordo com o Artigo 1723 da Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002 do

Código Civil Brasileiro. Ficam nomeadas as testemunhas abaixo relacionadas, as quais têm plenos

conhecimentos da convivência do casal. Estamos cientes das responsabilidades legais do disposto no Art.

299 do CPC e Art. 2º § 7º da Portaria 499/2014 DE 14/11/2014 – DEPEN.

_____, _____ de _____ de 20____

(Local e data)

Assinatura (reconhecida em cartório)

1º Testemunha:

Nome:

Endereço:

Cidade:

CEP:

Profissão:

RG:

Telefone:

Assinatura (firmada em cartório)

2º Testemunha:

Nome:

Endereço:

Cidade:

CEP:

Profissão:

RG:

Telefone:

Assinatura (firmada em cartório)

“Art. 299 - Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante”. Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular. Parágrafo único - Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte.”

ESTA DECLARAÇÃO NÃO PODE SER RASURADA OU CONTER EMENDAS Juntar a fotocópia legível da cédula de identidade ou documento oficial com fotografia das testemunhas



Termo de responsabilidade e compromisso em relação à conduta nas visitas de Crianças e Adolescentes

Eu _____, principal responsável legal pelas crianças abaixo indicadas, assino presente termo de responsabilidade e compromisso em relação à conduta nas visitas de crianças e adolescentes que estão sob minha tutela no ato da visita ao preso:

(Nome da Pessoa Presa)

Crianças/adolescentes: _____

Em consonância com o Estatuto da criança e Adolescente - ECA, compreendo os mesmos como sujeitos de direito e em desenvolvimento e estou sendo informado que a lei assegura todas as oportunidades e facilidades a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade e que a lei prima na proteção e socorro.

Sendo assim, estou ciente que se, durante as visitas de crianças, cometer individualmente e ou coletivamente qualquer ato previsto no Estatuto Penitenciário, no Código Penal e ou Portarias que regem as normas de visitas na unidade Penal, considerado como ato infracional e ou penal, terei a credencial de criança (s) primeiramente retida pela segurança, posteriormente suspensa (s) e ou cancelada pelo tempo determinado pelo Diretor da Unidade.

Também estou sendo informado (a) que qualquer que seja a gravidade da situação o Conselho Tutelar que é um órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, será oficialmente informado dos fatos para que possa acompanhar a família.

Bem como que o ECA em seu Art. 232 reza que qualquer que "Submeter criança ou adolescente sob sua autoridade, guarda ou vigilância a vexame ou a constrangimento" poderá ser punido com pena de detenção de seis meses a dois anos.

Art. 17. O direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, idéias e crenças, dos espaços e objetos pessoais.

Art. 18. É dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor.

Cascavel, _____ / _____ /20_____.

Pai, Mãe ou Representante Legal
(Quem vai levar a criança)
(assinatura reconhecida em cartório)

Pessoa Presa (assinatura ficará a cargo da unidade)



AUTORIZAÇÃO PARA VISITAS DE CRIANÇA/ADOLESCENTE

Eu _____, portador (a) da cédula de identidade de nº. _____ / _____, na qualidade de responsável legal do(s) menor(es) abaixo mencionado(s), residente e domiciliado(a) à Rua/Av. _____ nº. _____

Bairro _____ na cidade de _____, Estado _____, telefone nº. _____ AUTORIZO a (o) Senhor(a) _____, identidade nº. _____ - _____ residente e domiciliada(o) no endereço _____ nº. _____

Bairro _____ na cidade de _____, Estado _____ para os devidos fins de direito, especificamente para a Casa de Custódia de Maringá - Departamento de Execução Penal do Estado do Paraná, considerando a Lei 12.962 de 08 de Abril de 2014, a conduzir nas visitas ao custodiado _____ o(s) menor(es)

_____ seu (s) filho () / irmão () / neto () / enteado (), observando-se o Artigo 299 do CPB e Art. 2º § 7º da Portaria 499/2014-DEPEN.

“Art. 299 – Omitir, em documento público ou particular, declaração que nele deveria constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre o fato juridicamente relevante. Pena: reclusão de 1 (um) a 5 (cinco) anos e multa, se o documento é público e reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos, se o documento é particular.”

_____, _____ de _____ de 20 _____

Assinatura do Autorizador (assinatura reconhecida em cartório)

RG nº _____ / _____

ESTA DECLARAÇÃO NÃO PODE SER RASURADA OU CONTER EMENDAS



Declaração para RECUSA de visitas de Crianças e Adolescente (Filhos, Irmãos, Netos ou Enteados)

Declaro, para os devidos fins que o preso _____
possui filhos (); irmãos (); ou outros menores () _____ e que não pretendo
levá-los para a visita ao Requerido.

Observação:

Caso não queira levar os filhos para a visita ao requerido apontar os motivos:

() Falta de documentos do menor ou () Outros: _____

_____, ____/____/20____

(Local e data)

Ass. _____

RG nº _____
(Assinatura reconhecida em cartório)



Declaração para fins do requerimento de visitas para Namorada / Amigas:

DECLARO para os devidos fins de direito, através do presente instrumento, que estou requerendo a credencial de visita ao requerido na condição de () Namorada; () Amiga; e que () Não () Sim, visitei outro preso na mesma condição no Sistema Penitenciário do Estado do Paraná.

Observação: Se caso visitou informar o nome do preso: _____

_____, ____/____/20____.

(Local e data)

Ass. _____

RG nº

(Assinatura reconhecida em cartório)

Declaração de estado civil e conhecimento para fins do requerimento de visitas para namorada (o) e de amiga (o)

DECLARO para os devidos fins que no momento meu estado civil: () Solteira (o); () Casada (o); () Divorciada (o); () Viúva(o); () Separada (o); () União Estável; e ainda que conheço o (a) preso (a): _____ de ____/____/____ até sua prisão, portanto há ____ anos e ____ meses, quando o(a) mesmo(a) estava ainda em liberdade e cujo relacionamento era, e é o de () namoro ou de () amizade ou ainda de () convivência marital.

_____, ____/____/20____.

(Local e data)

Ass. _____

RG nº

(Assinatura reconhecida em cartório)



“TERMO DE RECONHECIMENTO DE PATERNIDADE”

Eu,

Filho de e de

..... que ora me encontro recluso nesta Unidade Prisional, venho declarar, para fins de reconhecimento de paternidade, que:

1. É de minha livre e espontânea vontade reconhecer que

..... nascido(a) em data de...../...../..... na cidade de

..... é meu (a) filho (a) e de

..... nascida em/...../..... na cidade de,

portadora do RG:....., é a legítima mãe do(a) registrando(a);

2. São avós paternos:.....e

.....

3. São avós maternos.....e

.....

Por ser essa a expressão da verdade, firmo a presente para que produza os efeitos legais, na presença das testemunhas abaixo nominadas.

Cascavel,.....de.....de.....

..... Assinatura do declarante

Testemunhas:

1.

2.